



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

Diálogos plurais sobre a ampliação do BRICS

BRICS+ e Clima

Por Beatriz Rodrigues Bessa Mattos

Co-coordenadora da Plataforma Socioambiental / Pesquisadora
Doutora pelo IRI/PUC-Rio

Diálogos plurais sobre a ampliação do BRICS

No dia 15/09 realizamos no BRICS Policy Center um debate sobre o momento político dos BRICS onde os pesquisadores/as do Centro trocaram impressões, análises e perspectivas sobre a ampliação do agrupamento e sobre os resultados da XV Cúpula realizada em Johannesburgo, na África do Sul. O debate resultou nesta publicação com notas analíticas produzidas pelos/as pesquisadores/as do IRI/BPC: Beatriz Mattos, Isabel Siqueira, Jimmy Klausen, Marta Fernández e Sergio Veloso, a partir das suas respectivas agendas de pesquisa. Em breve outros textos serão adicionados à publicação.



**BRICS
Policy Center**
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

BRICS Policy Center

R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004
e-mail: bpc@bricspolicycenter.org
bricspolicycenter.org

Equipe BPC

DIREÇÃO

Marta Fernández

COORDENADORA ADMIN.

Lia Frota e Lopes

ESTÁGIÁRIO

Tales Bruno Machado Costa de Carvalho

DESIGN E EDITORAÇÃO

Luiz A. Segreto

BRICS+ e Clima

O anúncio sobre o convite de adesão de Arábia Saudita, Argentina, Egito Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã ao BRICS foi, sem dúvidas, um dos mais comentados desdobramentos da 15ª Cúpula do bloco, realizada entre os dias 22 e 24 de agosto, em Joanesburgo. A notícia vem despertando interesse renovado pelo agrupamento e fomentando análises sobre as implicações geopolíticas, econômicas, comerciais, climáticas e humanitárias de tal movimento.

Ainda que não se constitua como um grupo dedicado originalmente aos assuntos ambientais e climáticos, tais temas perpassam de forma cada vez mais transversal a agenda do BRICS. Por um lado, o fato desses países se configurarem, atualmente, como grandes emissores de gases do efeito estufa (GEE) faz com que adquiram relevância crescente em meio aos espaços multilaterais de negociações de clima, a ponto de a concretização de suas metas de mitigação tornarem-se fundamentais para manter vivo o objetivo final do Acordo de Paris de limitar o aumento da temperatura global. Por outro, os membros do bloco se configuram majoritariamente como países do Sul Global, cujos territórios e populações tendem a sofrer de forma mais aguda os efeitos das mudanças climáticas, decorrentes das emissões históricas dos países do Norte.

No texto da Declaração Final da última cúpula, as lideranças do BRICS reforçaram posicionamentos tradicionalmente defendidos pelos Estados em desenvolvimento em meio aos foros multilaterais de clima e de biodiversidade, demandando que a implementação do Acordo de Paris ocorra em concordância com o princípio das Responsabilidades Comuns, porém Diferenciadas e Respectivas Capacidades (CBDR-RC, sigla em inglês) e que os países desenvolvidos honrem seus compromissos de financiamento climático, cooperação técnica e transferência de tecnologia para as nações do Sul. Mais especificamente, no que diz respeito à mitigação das emissões de GEE, os líderes do bloco destacaram a importância de se promover uma transição energética justa, acessível e sustentável para uma economia de baixo carbono, em linha com as prioridades estabelecidas pelos países em suas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), conforme submetidas à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

Por Beatriz Rodrigues Bessa Mattos

Co-coordenadora da Plataforma Socioambiental / Pesquisadora
Doutora pelo IRI/PUC-Rio

Ainda que não se constitua como um grupo dedicado originalmente aos assuntos ambientais e climáticos, tais temas perpassam de forma cada vez mais transversal a agenda do BRICS.

Em 2018, as instâncias nacionais de energia desses países inauguraram a Plataforma de Cooperação Energética do BRICS visando fortalecer a segurança energética dos membros e auxiliar no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Mais recentemente, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) apresentou a meta de, até 2026, dedicar 40% do volume de seus aportes a projetos que contribuam para a mitigação e adaptação climática.

No entanto, se mesmo mediante a essas iniciativas o caminho para uma transição energética justa ainda parecia longo para os BRICS, a admissão de países cujas economias são majoritariamente baseadas na exploração de fontes energéticas fósseis torna essa trajetória ainda mais complexa.

Antes do anúncio da expansão, os cinco membros do BRICS respondiam por uma taxa de emissões de GEE superior aos membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), composta majoritariamente por países industrializados do Norte Global. Um BRICS expandido, conforme anunciado, representará quase a metade da produção mundial de petróleo, tornando essa diferença ainda mais discrepante.

Emergem daí uma série de indagações no que diz respeito ao papel ambíguo que o BRICS+ pode desempenhar em meio a um contexto de agravamento da crise climática. Me limito aqui a listar alguns desses questionamentos, sem a pretensão imediata de endereçá-los. São esses:

01

Até que ponto a nova configuração do BRICS poderá reforçar ou deslegitimar o peso de demandas históricas apresentadas pelos países em desenvolvimento em meio às negociações de clima, tais quais as CBDR?

02

Quais serão as possíveis implicações de um BRICS ampliado na trajetória de emissões de GEE dos países em desenvolvimento que, atualmente, figuram no ranking de maiores emissores globais, como é o caso da maior parte de seus membros?

03

Poderá o BRICS+ atuar em meio às Conferências das Partes (COPs) no sentido de retardar iniciativas mais incisivas rumo à transição energética, como o fim dos subsídios e a eliminação gradual dos combustíveis fósseis?

Em meio a esse cenário de profundas incertezas, notam-se algumas análises otimistas, que apontam para o potencial do BRICS+ em contribuir com a transição energética, seja a partir do impulso à produção de energias renováveis ou a partir da atuação do NDB, que tende a dispor de um maior contingente de recursos mediante a potencial entrada de novos membros. Algumas dessas identificam o BRICS+ como potência no que diz respeito às reservas de minerais críticos, essenciais ao esforço de transição para fontes energéticas menos intensivas em carbono, e como grandes investidores na área de energias renováveis.

Esses dados isolados, no entanto, não indicam que a exploração de fontes fósseis - como o carvão, o petróleo e o gás natural - tenderão a decair na velocidade necessária para a contenção da crise climática e, muito menos, que a transição energética ocorrerá de forma justa. No mais, os projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável financiados pelo NDB até então carecem de transparência e de salvaguardas socioambientais, trazendo à tona preocupações sobre seus efeitos nos territórios, na biodiversidade e nos direitos das populações afetadas. O histórico de perseguição a ativistas ambientais em muitos desses países, entre esses o Brasil, também não se apresenta como um dado animador no que diz respeito ao papel do BRICS+ em alavancar iniciativas socioambientais mais ambiciosas.

Frente a um cenário em que China e Rússia evidenciam seu protagonismo no âmbito do BRICS, o Brasil tem chances de retomar centralidade no agrupamento por meio da agenda socioambiental, em especial como presidente do G20, em 2024, e anfitrião da COP30, em 2025. Nesse sentido, caberá ao país papel importantíssimo no que diz respeito à forma como o bloco atuará nas negociações climáticas, seja potencializando os interesses do Sul Global em prol de financiamento e transferência de tecnologias e capacidades rumo à uma transição socioambiental verdadeiramente justa, ou defendendo posicionamentos anacrônicos em favor da continuidade do modelo de desenvolvimento que nos conduziu à crise atual.



BRICS Policy Center/Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

R. das Laranjeiras 307, 3 andar, Laranjeiras, RJ.
Rio de Janeiro, Brasil - Cep. 22240-004
e-mail: bpc@bricspolicycenter.org

Mais informações acesse:

bricspolicycenter.org

Siga o BRICS    